A DITADURA MILITAR NO BRASIL E A PROIBIÇÃO DO ENSINO DE FILOSOFIA: ENTRE O TECNICISMO E A SUBVERSÃO POLÍTICA

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i2.28805>

Regis Clemente da Costa*
Maria José Dozza Subtil **

*Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. rclementecosta@yahoo.com.br

** Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. mjsubtil@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir o contexto da proibição do ensino de filosofia no período da Ditadura Militar no Brasil e a luta pelo seu retorno, inserido no conjunto das lutas em defesa da educação e da redemocratização do país. Para isso, utilizamos principalmente as obras de Cartolano (1985), Ridenti (2010), Saviani (1980, 2007) e Moraes e Carminati (2000). A retirada do ensino de filosofia e sua proibição no segundo grau se deu a partir da Lei n. 5.692 (1971), por não atender aos interesses políticos, ideológicos e econômicos e, em seu lugar, de maneira estratégica, foram inseridas as disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, com o Decreto-Lei n. 869 (1969). Não se tratava de qualquer filosofia que foi retirada do currículo, mas aquela que constituía ameaça ao poder e à ordem vigente e caracterizava subversão política. A Ditadura Militar impôs a educação tecnicista, voltada aos valores morais e patrióticos, obscurecendo as ações repressoras e autoritárias do Regime Militar. Esse período foi acompanhado de resistência por parte de grupos organizados, movimentos estudantis, trabalhadores do campo e da cidade e de organização de professores nas universidades, no qual o ensino de filosofia se inseria. No final de década de 1970, os debates em torno do ensino de filosofia se fortalecem e, no ano de 1982, é permitido como optativo no então 2º grau.

Palavra-chave: golpe militar, tecnicismo, subversão política, luta.

Abstract. The military dictatorship in Brazil and the prohibition of philosophy education: between technicism and politics subversion. This work aims to discuss the context of the prohibition on philosophy been taught in the Military Dictatorship period in Brazil and the struggle for its return, inserted in all the struggles in defense of education and democratization in country. To this end, we use mainly the deeds of Cartolano (1985), Ridenti (2010), Saviani (1980; 2007) and Moraes and Carminati (2000). The withdrawal of philosophy education and its prohibition in high school level was due to the Act No. 5,692 (1971), based on the fact of not meeting the political, ideological and economic interests and, in its place, strategically, the disciplines of Social Organization and Brazilian Politics and (SOBPE) and Education Policy Moral and Civics were inserted, with the Decree-Law No. 869 (1969). It was not about the removal from the curriculum of any kind of philosophy, but the one that constituted a threat to power and to the established order and featured political subversion. The Military Dictatorship imposed technicist education, directed to moral and patriotic values, obscuring the repressive and authoritarian actions of the military regime. This period was accompanied by organized groups resistance, student movements, the rural and urban workers and Professors organization in Universities where the philosophy education took place. At the end of the 1970s, the debates around philosophy education gotten strengthened, and in 1982 it was allowed as optional in High School.

Keyword: military coup, technicism, political subversion, struggle.

Introdução

O Golpe Militar no Brasil, em 1964, instaurou a Ditadura Militar com a duração de 21 anos e incluiu em suas práticas a repressão, torturas, perseguições, desaparecimentos de opositores ao regime e assassinatos. Esse acontecimento marcou significativamente a história do Brasil.

O presidente João Goulart, ou Jango como era conhecido, havia assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Jango organizava reformas de grande repercussão no país, como a reforma agrária, reforma na educação, e se aproximava do povo, buscando atender a suas reivindicações. Nesse momento da história, a aproximação com o povo e com os partidos de esquerda representavam eminente perigo devido ao contexto mundial.

Era o período da efervescência dos movimentos que pretendiam conduzir o país à justiça social, à igualdade e aos direitos dos trabalhadores no processo produtivo que se encontrava em constante ascensão. Jango também mantinha contato com países do Leste europeu, como China, dentre outros, declaradamente socialista. Tais países representavam oposição direta ao modelo capitalista e ideológico norte americano, que se encontrava em plena Guerra Fria¹. Este fato

envolvia o plano político, ideológico e econômico mundial, temido pelos conservadores e por grupos militares brasileiros.

Tendo como referencial teórico o materialismo histórico e dialético, nos embasamos em uma das afirmações de Marx e Engels sobre a filosofia e como ela se insere diretamente na realidade, ao afirmar o que realmente importa aos filósofos: a transformação da sociedade e não a sua mera interpretação (Marx & Engels, 2001).

Portanto, neste texto pretende-se abordar a questão educacional do período e suas decorrências, em especial no que se refere à Filosofia e seu ensino, enfatizando:

1º – Os pressupostos políticos e ideológicos das reformas educacionais na ditadura;

2º – A reação dos educadores e a perspectiva contraideológica que se construiu pelas associações de educadores.

As questões que emergem desse contexto evidenciam a importância da luta e da resistência de inúmeras pessoas, entre elas, educadores, que sofreram as consequências dessa atuação contra a ditadura e a favor da liberdade e da transformação da sociedade. Alguns desses lutadores foram mortos, muitos foram presos e torturados e outros estão desaparecidos até hoje.

Os pressupostos políticos e ideológicos das reformas educacionais na ditadura

O Golpe Militar no Brasil protagonizou uma série de mudanças e reformas. Em se tratando do ensino de filosofia, a partir do ano de 1964, permanece como disciplina optativa, seguindo alterações da Lei n. 4.024 (1961), continuando assim até o ano de 1971, quando foi excluída do currículo e proibida de ser ensinada nas escolas. Para compreendermos esse contexto, faz-se necessário discutirmos os aspectos econômicos, políticos e sociais vividos nesse período, assim como a resistência dos movimentos organizados na defesa da educação e da redemocratização do país, em que o ensino de filosofia se insere como parte de um amplo conjunto de lutas e de resistência.

mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética” (Hobsbawm, 1995, p. 224).

¹A Guerra Fria teve início após o fim da Segunda Guerra Mundial e foi protagonizada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Segundo Hobsbawm (1995), a Guerra Fria dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX e gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. “A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do

Nesse sentido, vale destacar que, no início da década de 1960, os movimentos e partidos de esquerda mantinham uma atuação expressiva no Brasil. Entre os partidos políticos, destacava-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que viveu seu apogeu nesse período, mesmo sendo considerado ilegal. O PCB influenciou a luta política e sindical e até mesmo as diretrizes do governo federal, tendo muitas adesões em suas fileiras (Ridenti, 2010).

Após a posse de João Goulart, os comunistas e os populistas de esquerda pareciam ter encontrado sustentação política para a efetivação da libertação nacional e, segundo Ridenti (2010, p. 28), “[...] tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo”.

No ano de 1964, o Golpe Militar no Brasil depôs o presidente João Goulart, que havia assumido o cargo após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, eleito democraticamente, mas que não suportou as pressões que recaíram sobre seu governo. João Goulart assumiu, porém ficou pouco tempo como presidente, sendo forçado a deixar o cargo após o golpe militar que teve motivações políticas e ideológicas, mas, também, motivações econômicas, devido ao momento que o país atravessava.

É nesse contexto que está inserido a exclusão e proibição do ensino de filosofia, que, inclusive, foi considerado, até mesmo uma ameaça ao poder vigente, à medida que se propunha a refletir sobre os problemas reais da sociedade (Cartolano, 1985).

A retirada do ensino de filosofia do currículo não aconteceu de forma direta ou repentina. Inicialmente, após o Golpe Militar, ela permaneceu como disciplina optativa. A estratégia, segundo Alves (2002, p. 39), para se justificar a ausência do ensino de filosofia no currículo

[...] foi a inclusão de outras disciplinas que teriam o conteúdo *correspondente* ao da filosofia. As disciplinas criadas foram: educação moral e cívica (EMC), organização social e política brasileira (OSPB) e estudos dos problemas brasileiros (EPB), esta apenas prevista para o ensino superior.

Essas disciplinas comportavam alguns conteúdos de filosofia, e essa era a ideia para não se incluir a disciplina de filosofia. Para Alves

(2002, p. 39), além da questão legal que inibia a inclusão da filosofia no currículo, havia também uma diferença de caráter, pois a filosofia que estava sendo retirada do currículo não era qualquer filosofia, “[...] mas uma filosofia muito bem delimitada. Quando a filosofia passou a constituir uma ameaça ao poder e à ordem vigente”. Nesse contexto histórico, a ameaça à ordem e o poder vigente era ser contra os ditames do Regime Militar.

Cartolano (1985) aponta que a substituição da filosofia pela educação moral e cívica visava aniquilar as características da atividade filosófica, como o pensar crítico e transformador. Procurou-se aniquilar essa atividade reflexiva, substituindo-a por outra de caráter mais catequético e ideológico politicamente. E, portanto, a educação moral e cívica se inseria num contexto de agitação estudantil e operária, tendo em vista a manutenção da ordem estabelecida.

Tratava-se de opção explícita para que as possibilidades reflexivas e de análise da realidade e da vida política do país deixassem de existir e, em seu lugar, fossem estabelecidas disciplinas escolares voltadas muito mais à catequese e alienação dos estudantes, inseridas nos supostos valores morais, religiosos e de amor à pátria, contidos nas propostas das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

Para garantir que tais valores fossem difundidos, as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB foram incluídas no currículo como obrigatórias por meio do Decreto-Lei n. 869² (1969), que “dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências”.

No final da década de 1960, o Regime Militar decreta o Ato Institucional n. 5 (1968), conhecido como AI5³. No referido ato, os

²Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

§ 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de “Organização Social e Política Brasileira” (Decreto-Lei n. 869, 1969).

³ São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de

militares no exercício do poder afirmam que deveriam ser combatidos os “[...] atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais” (Ato Institucional n. 5, 1968) Portanto, para Ridenti (2010, p. 72), “qualquer crítica ao regime era tomada, após 1968, como subversiva e comunista, logo, passível de punição”.

Nesse sentido, Moraes e Carminati (2000, p. 28) afirmam que, no contexto da ditadura militar, “[...] a defesa de uma filosofia crítica era tida como subversão”. Era essa filosofia que fazia parte do currículo até então, pois constituía ameaça ao poder e à ordem vigente, e criticava o contexto político e o caráter tecnicista da educação.

A inclusão das disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB, portanto, soma-se a um conjunto de ações da reforma educacional, na busca de formar uma nova consciência, embasada nos valores morais e patrióticos, à custa do autoritarismo e da repressão, porém, legalmente instituídas. Inicialmente, essas disciplinas substituíram o ensino de filosofia. Esse processo foi gradativo, até que, em 1971, a filosofia é retirada definitivamente currículo, com a Lei n. 5.692 (1971). Para Alves (2002, p. 40), foi o “golpe de misericórdia”, por assim dizer, contra a filosofia, *definindo* a sua ausência dos currículos escolares do nível secundário, até os finais do regime ditatorial no Brasil”.

Nas *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino de Filosofia do Estado do Paraná*, Governo do Estado do Paraná (GEP, 2008), também encontramos referência à proibição do ensino de filosofia no governo militar: “com a Lei n. 5.692 (1971), durante a ditadura, a Filosofia desapareceria dos currículos escolares do segundo grau⁴, sobretudo por não servir aos

quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências (Ato Institucional n. 5, 1968).

⁴A Lei n. 4.024 (1961), determinava que se ministrasse a educação de grau médio, destinada à formação do adolescente, a partir dos 11 anos de idade. O ensino médio seria ministrado em dois ciclos: o ginásial, com duração de 4 anos; e o colegial, com duração de 3 anos (no mínimo). O colegial abrangia, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (Lei n. 4.024, 1961). Com a Lei n. 5.692 (1971), o ensino foi organizado em 1º e 2º graus, sendo o 1º grau com duração de oito anos e o 2º grau, com duração de três ou quatro séries, dependendo do previsto em cada habilitação (Lei n. 5.692, 1971).

interesses políticos, econômicos e ideológicos do período” (GEP, 2008, p. 43).

O que estava por detrás de todas essas mudanças envolvendo o ensino de filosofia na ditadura militar, além de considerá-la como disciplina subversiva⁵, era também o fato de que estava em curso um novo projeto de educação.

A reforma deu ênfase aos conhecimentos técnico científicos e manifestou desinteresse pelas humanidades, considerando pouco significativas para o chamado ‘milagre brasileiro’. [...] o Ensino Médio passou a ser visto de maneira puramente instrumental, isto é, como etapa preparatória para a universidade, e esta, como garantia de ascensão social para uma classe média que, desprovida de poder econômico e político, dava sustentação ideológica à ditadura e precisava ser recompensada (GEP, 2009, p. 10).

O modelo educacional, implementado pelo Governo Militar no Brasil, visava a formação desprovida de conhecimento que possibilitasse a contestação ao regime ditatorial, bem como as ações desse mesmo governo. Visava garantir que a educação abrisse caminho para o acesso da classe média à universidade, pois à classe trabalhadora era destinada a formação de mão de obra e, desde então, “[...] teve início o ensino de massa sob a alegação de democratizar a escola” (GEP, 2009, p. 10).

Devido ao seu caráter de formação do trabalhador para exercer suas funções empregatícias no processo produtivo, o modelo educacional do período que compreende os anos de 1969 a 1980 ficou conhecido como ensino tecnicista. Para Saviani (2007, p. 365), “a demanda de preparação de mão de obra para essas mesmas empresas associadas à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação”.

Outro fator determinante no desenvolvimento do ensino tecnicista na Ditadura Militar foi que o país estava num processo de industrialização. Saviani (1980), ao analisar a Lei n. 5.540 (1968) e a Lei n. 5.692

⁵ Entendida na perspectiva de Ridenti (2010), quando afirma, que qualquer crítica ao regime era tomada, após 1968, como subversiva e comunista, passível de punição. E também, na perspectiva de Moraes e Carminati (2000) de que, na ditadura militar, a defesa de uma filosofia crítica era tida como subversão.

(1971), relacionadas à educação nesse período, cita que as soluções para os dilemas e as suas considerações extrapolam o texto, devendo, pois, se examinar o contexto em que tais leis surgiram. Para ele, examinar o contexto significa analisar a sociedade pré e pós 1964, sendo que o golpe militar de 1964 representou o divisor de águas.

Desde a Revolução de 1930, estava em vigência o modelo da substituição de importações. Nesse sentido, “A industrialização surge, então, como uma bandeira em torno da qual se unem as diferentes forças sociais. Industrialização e afirmação nacional se confundem. Industrialismo se torna, praticamente, sinônimo de nacionalismo” (Saviani, 1980, p. 137).

A meta da industrialização, portanto, já estava completa, pois o país não dependia da importação de manufaturas. Para as classes médias e a burguesia, a industrialização era um fim em si mesmo, porém aos operários e às forças de esquerda, ela era apenas uma etapa (Saviani, 1980). É nesse contexto, que “[...] as forças de esquerda levantam nova bandeira: trata-se da nacionalização das empresas estrangeiras, controle de remessas de lucros, de dividendos e as reformas de base (reformas tributárias, financeira, agrária, educacional, etc.)” (Saviani, 1980, p. 143).

Com o golpe de 1964, ocorreu a ruptura no modelo político, interrompendo as intenções das forças de esquerda ligadas ao então presidente deposto João Goulart (Saviani, 1980). Com isso, a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da segurança e do desenvolvimento, elaborada no seio da Escola Superior de Guerra (ESG)⁶.

⁶ A ESG foi criada em 20 de agosto de 1949, pela Lei n. 785, como um centro permanente de altos estudos e pesquisa, destinados a militares, mas não exclusivamente. O cerne da proposta da ESG era a ideia de segurança nacional, marcada pela tensão promovida pela guerra fria, por entender que existia um grande inimigo corroendo as bases políticas e sociais do país, o comunismo. Esse órgão nascia vinculado aos norte-americanos que deram suporte na implantação da escola. Desde sua fundação, a Escola Superior de Guerra tratou de questões ligadas à educação entre suas ações. A sua localização geográfica na capital, era um desejo manifesto de influir nos rumos da política nacional e na ruptura institucional de 1964 a ESG teve um importante papel com a formulação doutrinárias de um grupo de militares e civis que elaboraram um projeto político para o país, articulando segurança com o

Os problemas educacionais, com o governo militar, permanecem intocados, pois desconsiderando a educação popular e a organização escolar manteve a característica de aparelho reprodutor das relações sociais vigentes.

Nesse sentido, a contextualização, defendida e apresentada por Saviani (1980), é fundamental para que possamos compreender as situações envolvendo o país nesse período. Sabemos, pois, que muitos outros fatores compõem as contextualizações do autor. Trabalhamos com algumas afirmações que fundamentam nossa análise a respeito do ensino tecnicista empreendido por esse governo e, portanto, alguns recortes foram necessários.

O período da Ditadura Militar representou também o estreitamento dos laços com o governo dos Estados Unidos devido a adoção do “[...] modelo econômico associado-dependente, a um tempo consequência e reforço da presença de empresas internacionais” (Saviani, 2007, p. 365). Essa relação interferiu diretamente nas questões educacionais.

A proximidade nas relações entre Brasil e Estados Unidos, além da ajuda externa à militarização, resultou em acordos assinados entre o governo brasileiro e o governo estadunidense, que envolveram setores da economia, da política e da educação. No caso específico da educação, foi firmado o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid) e ficou conhecido como MEC/Usaid. Esse acordo envolvia os convênios, assistência técnica e financiamento da educação brasileira. Como aponta Cartolano (1985, p. 70): “[...] instituíram a assistência e a cooperação financeira para a organização do sistema educacional brasileiro, que deveria

desenvolvimento econômico. Após o Golpe Militar de 1964, muitos dos seus quadros ocuparam a estrutura estatal, com a ascendência do general Castelo Branco à Presidência da República. A ESG também se destacou em sua participação política. Nesse sentido, existe um consenso na bibliografia sobre a ESG em relação à justificativa para a atuação no campo político por parte dos militares: sua superioridade moral que lhes permitiria serem capazes de regenerar a sociedade brasileira. As questões morais tiveram amplo destaque, assim como o combate ao comunismo. A circulação das ideias da ESG se davam especialmente por meio da Revista Segurança Nacional. A ESG teve grande impacto nas questões educacionais e na formulação das ideias da Doutrina de Segurança Nacional (Sepúlveda, 2010).

ajustar-se ao novo modelo de desenvolvimento econômico e à política do país”.

Esses acordos, em última análise, visavam à internacionalização de valores culturais estadunidenses, por meio da educação, abrindo as fronteiras para a entrada do capital ianque no Brasil e, conseqüentemente, a sua assimilação. Esse fato contribuiu, também, para a ampliação do domínio norte-americano no Brasil (Cartolano, 1985).

Para levar adiante essa proposta, os funcionários do MEC e das Diretorias de Ensino eram treinados por consultores norte-americanos, contratados a partir dos acordos firmados. A educação, na ditadura militar, bem como as reformas educacionais implementadas, não eram o único objetivo desse modelo de ensino que, direta ou indiretamente, formavam pessoas que apenas reproduziam ideias e ações das empresas que aqui se instalavam. Conseqüentemente, não se formava o sujeito pensante e sim apenas o executor de tarefas.

Como se pode constatar, os acordos MEC/Usaid, em relação à educação, visavam o treinamento do pessoal destinado a atender as necessidades das empresas em expansão. Esse treinamento, cumpria o objetivo de se desenvolver uma educação tecnicista e burocrática da nova organização do ensino (Cartolano, 1985).

Há que se destacar que o período da ditadura militar brasileira, conhecido como os ‘anos de chumbo’, foi acompanhado de resistência por parte de grupos organizados e movimentos estudantis, organização de professores, trabalhadores do campo e da cidade. Essa resistência também esteve presente na defesa do ensino de filosofia, pois é “[...] evidente que houve resistência e luta contra o modelo educacional implantado pelas sucessivas reformas” (GEP, 2009, p. 10).

A atuação dos educadores na resistência à Ditadura, na defesa do ensino de filosofia e na redemocratização do país

A luta contra a ditadura visava a defesa da sociedade democrática, bem como a defesa do reconhecimento do trabalhador como produtor das riquezas da nação e o direito de acesso ao produto de seu trabalho, e, portanto, contra o modelo educacional tecnicista, que submetia o ensino às condições e necessidades impostas pelas indústrias recém-instaladas no país, precarizando a escola pública e fomentando a crescente exclusão social.

Porém, o Governo Militar reagiu duramente às ações que se opunham ao regime ditatorial. Principalmente, no período dos anos 1970, realizou centenas de prisões, torturas⁷, assassinatos e desaparecimentos. Muitos registros das ações da ditadura militar no Brasil, consta nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade⁸, instaurada para apurar acontecimentos desse período da história brasileira.

A perseguição, repressão e censura, ao longo dos anos em que a ditadura militar vigorou no Brasil, não impediu a organização popular de vários segmentos da sociedade que se articularam para sua derrubada e, ao final da década de 1970, a ditadura militar no Brasil passa a dar sinais de enfraquecimento e de saturação. Nesse período, é sancionada a Lei n. 6.683 (1979), denominada Lei da Anistia, que abriu possibilidades de ampliação das lutas pela redemocratização do país. A Lei da Anistia, por ser fruto de acordos, anistiou não somente os presos políticos, os perseguidos e pessoas que foram para o exílio, mas também os próprios militares responsáveis pelos atos de tortura, assassinatos e desaparecimentos.

As discussões em torno da educação e, conseqüentemente, do ensino de filosofia, permaneceram vivas durante a ditadura militar no Brasil, por meio dos movimentos sociais organizados que criticavam o modelo tecnicista e defendiam o ensino das humanidades que havia sido excluído das escolas. “Desde meados dos

⁷Esse contexto é abordado no Projeto *Brasil: nunca mais*, organizado pela Arquidiocese de São Paulo em parceria com lideranças religiosas, movimentos sociais (Arns, 2003). O Projeto completo pode ser acessado no portal de Direitos Humanos Net. *Projeto Brasil Nunca Mais: história dos direitos humanos no Brasil*. Recuperado em 28 setembro, 2014, de <http://dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm> e em: *Brasil Nunca Mais: digital. Um projeto pela memória, verdade e justiça*. Recuperado em 8 março, 2014, de <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>.

⁸A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei n. 12.528 (2011). A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. No dia 10 de dezembro de 2014, foi entregue o relatório final da CNV à presidente Dilma Rousseff, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O Relatório, resultado de dois anos e sete meses de trabalho da CNV, é dividido em três volumes e está disponível em http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Recuperado em 17 dezembro, 2014.

anos 1970, associações docentes e estudantis de todo o país lutaram pela revalorização das humanidades no ensino Médio e, entre eles, estiveram os grupos que se empenharam pelo retorno do ensino obrigatório de filosofia” (GEP, 2009, p. 10).

No que se refere à exclusão do ensino de filosofia, a partir de 1971, vale destacar o controle ideológico e a censura imposta pelos militares aos professores e estudantes. Nesse sentido, podemos citar os acontecimentos envolvendo os professores do Departamento de Filosofia da USP, em que muitos foram demitidos, tiveram seus direitos políticos cassados e aposentadorias forçadas.

Na obra publicada pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP, 2004), em que trata das questões referentes a esse período, é possível constatar que a Faculdade de Filosofia da USP teve relevante destaque. Nessa obra, a referida faculdade é citada 29 vezes e as discussões sobre sua importância ou atuação e resistência de professores e estudantes é abordada em aproximadamente 15 páginas distribuídas ao longo do texto. Entre tantas citações, destacamos a invasão dessa faculdade:

Mas o que ninguém poderá compreender é que a polícia aí penetre menos para investigar do que para depredar, para destruir instalações, inclusive máquinas de escrever, dando à Faculdade de Filosofia um prejuízo que vai a cerca de 10 milhões. As portas eram abertas aos pontapés, embora ninguém se recusasse a abri-las, os objetos eram atirados ao chão e destruídos, embora tais objetos nunca tivessem conspirado ou atentado contra a ordem, em nome da qual agia a polícia. Mais ainda, para coroar a diligência, a polícia invadiu uma sala onde dava a sua aula um professor estrangeiro, de notório alheamento a tudo quanto se referia a atividades políticas, esse professor foi revistado e expulso da sala e numerosos alunos levados para o DOPS (ADUSP, 2004, p. 14).

Na mesma obra encontramos os registros das demissões e aposentadorias e seu agravamento após ser decretado o AI5, em 1968:

Com o Ato Institucional n. 5, as demissões e aposentadorias, a suspensão das garantias jurídicas contra a violência policial, instaura-se novamente o terrorismo cultural na Universidade. Todo

o processo de votação e implantação da Reforma Universitária transcorre nesse período de maior ação repressiva. A possibilidade permanente, constantemente lembrada, através de ondas de boatos da edição de outros decretos atingindo mais professores, estabelece um clima de insegurança generalizada. Como os critérios que nortearam os dois decretos de aposentadoria e demissão não obedeciam a nenhuma lógica aparente e como esse tipo de punição não permite nenhuma defesa, ninguém se sente totalmente seguro, nem mesmo os professores sem qualquer atuação política (ADUSP, 2004, p. 61).

As situações relatadas atestam o conturbado período vivido pelo país e as dificuldades por que passaram as universidades brasileiras no desenvolvimento da pesquisa, da busca pelo conhecimento e da reflexão crítica e transformadora da realidade.

Aqui relatamos o caso específico da Universidade de São Paulo, porém, como afirmam Moraes e Carminati (2000, p. 10), “o regime controlava e reprimia os sindicatos, urbanos e rurais, os meios de comunicação, a universidade”. Ou seja, o controle era feito em todos os espaços que, na avaliação da ditadura, apresentasse risco ao regime. Portanto, “a censura, os expurgos, as aposentadorias compulsórias, o arrocho salarial, a dissolução de partidos políticos, de organizações estudantis e de trabalhadores, havia chegado para ficar por longo tempo” (Moraes & Carminati, 2000, p. 10).

A década de 1970 e o início da década de 1980 foram marcados pela luta e pelo debate pelo retorno do ensino de filosofia ao currículo. Esses debates foram protagonizados por universidades, professores e entidades, como por exemplo, os professores do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo e pela Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas⁹ (SEAF, 2011).

A Seaf tinha como objetivo “resgatar uma Filosofia crítica sobre os problemas sociais daquele período e lutar pela volta dessa disciplina ao ensino médio”. Naquele momento, e no momento posterior, a Seaf se constituiu como entidade de nível nacional, com regionais em vários estados do País (SEAF, 2011).

⁹ A Seaf foi fundada em 1976, como ‘Sociedade’ de Estudos e Atividades Filosóficas, passando à ‘Associação’ por exigência do Novo Código Civil Brasileiro de 2002.

Essa sociedade nasceu da resistência à retirada do ensino de filosofia na ditadura militar e do anseio e luta pelo seu retorno, protagonizada por jovens professores e estudantes de filosofia, de diversos estados brasileiros. Estes jovens queriam criar “[...] um instrumento de apoio e estímulo ao seu trabalho, um meio de prolongá-lo e dar-lhe eficácia além dos muros acadêmicos – muros, aliás, estreitos e vigiados” (SEAF, 1978, p. 3).

A fundação da Seaf tinha como objetivo fortalecer a luta em defesa da filosofia no contexto da ditadura militar, bem como desenvolver um projeto crítico, como perfil da sociedade. (SEAF, 1978). Nesse sentido, a primeira iniciativa da Seaf foi promover um ciclo de debates, que teve como tema *O que significa filosofia hoje, no Brasil* (SEAF, 1978, p. 3). Nos debates organizados, segundo Moraes e Carminati (2000), discutia-se Filosofia, mas, sobretudo, política.

A afirmação de que as discussões da Seaf não se restringiam especificamente às discussões filosóficas reforça o caráter de comprometimento da entidade com a atividade filosófica e com uma filosofia crítica. Em relação a essa característica da Seaf, Pegoraro (1980 *apud* Moraes & Carminati, 2000, pp. 15-16), aponta para uma filosofia engajada que

[...] ‘não se satisfaz com teses brilhantes. Isto faz a esquerda de salão que nunca chega aos fatos, mas se limita a comentá-los. Diz-se que a filosofia chega tarde [...] sempre depois. Pelo contrário, a filosofia engajada deve chegar antes. Cabe ao filósofo perscrutar as diretrizes futuras do processo mediante uma profunda análise das situações culturais presentes’.

A Seaf, nas décadas de 1970 e 1980, foi uma das principais entidades em atuação na defesa da filosofia e do ensino de filosofia. Entre suas ações estavam: a realização de debates, mesas redondas e seminários em diversas partes do país, juntamente com o Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), e algumas universidades Federais, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e, ainda, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (Moraes & Carminati, 2000).

Em relação aos debates sobre o retorno do ensino de filosofia no segundo grau,

encontramos algumas referências em jornais¹⁰ da época. Em matéria publicada no *Jornal Folha de São Paulo*, no dia 26 de abril de 1977, no Caderno de Educação, se descreve o desejo do retorno do ensino de filosofia ao 2º grau. A matéria, do referido jornal, aborda as ações da recém-criada comissão de ensino de filosofia da Faculdade de Filosofia da USP e tratava dos desafios da quase eliminação da filosofia do currículo do segundo grau e, também, a realização do primeiro curso de extensão para discutir a temática do ensino de filosofia no ensino secundário, sob a coordenação da Professora Marilena Chauí (Volta, 1977, p. 20).

Em outra matéria, publicada no dia 1º maio de 1977, no *Jornal Folha de São Paulo*, 3º Caderno, Educação, é mencionada a realização do curso sobre o ensino de filosofia no ensino secundário, pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, e o empenho dos professores pelo retorno como disciplina obrigatória (Ensino, 1977, p. 38).

O *Jornal O Estado de São Paulo* também traz referências ao contexto sobre o ensino de filosofia, como publicado no dia 13 de março de 1979. Nessa matéria se noticia a realização do encontro organizado pela Seaf, núcleo São Paulo, para discutir, em duas mesas-redondas, os temas ‘Filosofia no Brasil’ e ‘O ensino de filosofia’. O Encontro foi realizado no prédio de Filosofia e Ciências Sociais da USP, segundo o jornal (Encontro, 1979, p. 22).

O debate sobre o retorno do ensino de filosofia se fortaleceu entre os professores do Departamento de Filosofia da USP. Mesmo sendo constatado que grande número dos professores defendia o retorno desse ensino, ainda assim, encontramos alguns questionamentos. Em reportagem ao *Jornal Folha de São Paulo*, no dia 13 de abril de 1980, Thereza Martins apresenta o impasse da filosofia, e as opiniões favoráveis e discordantes. Dentre elas, a opinião do professor Giannotti, que

¹⁰ O jornal *Correio do Povo*, nos anos de 1978 e 1979, também publicou artigos de filósofos e intelectuais debatendo a questão da filosofia. Destacamos, no entanto, a edição de 11 de novembro de 1978, no *Caderno de Sábado*, páginas 1 a 12, com artigos de Francois Chatelet, Guilhermino Cesar, João Carlos Brum Torres, Robert Maggiori, Marilena de Souza Chauí, Olinto A. Pegoraro, Gilles Deleuze e Max Horkheimer. A edição de 6 de outubro de 1979, no *Caderno de Sábado*, páginas 12 a 15, trouxe também o debate referentes a essa temática, com os artigos de Valério Rohden, Olinto A. Pegoraro e José Arthur Giannotti.

problematiza o retorno do ensino de filosofia, e questiona o próprio ensino secundário (Martins, 1980, p. 30).

O professor Giannotti justifica sua posição, afirmando que “não se trata de fazer voltar a Filosofia ao secundário, mas de saber se a disciplina de Filosofia deve ser ministrada num determinado curso secundário” (Martins, 1980, p. 30). Após questionar o ensino de filosofia que retornaria ao ensino secundário, Giannotti questiona também o ensino secundário em si, pois, segundo ele, seria “preciso determinar os fins e objetivos do curso secundário, cuja falência todos nós estamos reconhecendo hoje” (Martins, 1980, p. 30). Na mesma matéria, Giannotti aponta que se deveria “[...] fazer da filosofia uma arma para que o aluno se aperfeiçoe e [...] ganhe autonomia como membro de uma sociedade, como cidadão. [...] trata-se de pensar uma filosofia para a democracia” (Martins, 1980, p. 30).

Para Giannotti, não bastava um decreto para a volta da filosofia ao ensino secundário, mas se deveria discutir também a formação dos professores de filosofia, para que o ensino de filosofia não se tornasse simples repetição de manuais (Martins, 1980).

Apesar de o jornal apresentar a posição de Giannotti como contrária ao retorno do ensino de filosofia, o que percebemos são questionamentos relevantes sobre o contexto do ensino de filosofia, formação dos professores, conteúdos a ser ensinados, e os questionamentos ao ensino em si que, naquela ocasião, era marcada pelo tecnicismo. Tais questionamentos, no entanto, podem ser entendidos como contribuição para que a filosofia não apenas retornasse por decreto, mas com legitimidade e significado à formação dos estudantes.

Considerando-se o período histórico da ditadura militar e a luta pela reinserção da filosofia, mas também, pela redemocratização do país, percebe-se que Giannotti problematiza a volta da filosofia, ao passo que os demais professores, que também se destacaram nesse período, têm como horizonte as contribuições que o ensino de filosofia poderia trazer.

Nesse sentido, Martins (1980, p. 30) traz a opinião da professora Marilena Chauí da USP, que afirma ser a favor do retorno do ensino de filosofia, por considerar que sua ausência traz danos aos estudantes do ensino secundário, além de considerá-la um meio precioso para a discussão dos problemas enfrentados pelos adolescentes, por exemplo, a profissionalização,

sentido de cultura, participação nos problemas sociais e políticos, sexo e família.

Segundo a matéria, Chauí critica, ainda, a reforma do ensino com a Lei 5.692/71, afirmando haver implicações para o trabalho universitário e, também, para a filosofia. Além desses fatores, a professora Marilena Chauí aponta como justificativa para a defesa do retorno do ensino de filosofia o motivo do controle ideológico “exercido sobre os professores e estudantes, a censura de programas e currículos, [...] e, no caso específico das humanas, o significado dos cursos de Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política do Brasil)” (Martins, 1980, p. 30).

Entre as opiniões apresentadas na reportagem de Martins (1980), encontramos também as opiniões favoráveis ao retorno da filosofia dos professores Renato Janine Ribeiro, da USP, e Roberto Romano, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e a opinião da presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

As discussões sobre o ensino de filosofia se estenderam por alguns anos no Departamento de Filosofia da USP e em outras universidades e entidades e estava inserido num conjunto de ações mais amplas, como a luta política e a luta pela educação. Isso pode ser observado com o surgimento de associações que apresentaram uma história de luta em defesa da educação. Dentre essas associações está a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED, 2014), fundada em 1976. No site da Associação, encontramos sua forma de atuação e sua trajetória voltadas ao fortalecimento da pesquisa em educação. A Associação

[...] atua de forma decisiva e comprometida nas principais lutas pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil. Ao longo de sua trajetória, a Associação construiu e consolidou uma prática acadêmico-científica destacada e, nesse percurso, contribuiu para fomentar a investigação e para fortalecer a formação pós-graduada em educação, promovendo o debate entre seus pesquisadores, bem como o apoio aos programas de pós-graduação (ANPED, 2014).

No sentido da defesa e fortalecimento da luta pela educação, nos anos de 1980, foi fundada a Associação Nacional de Pós-

Graduação em Filosofia (ANFOF, 2014). Segundo o site da referida associação, a “ANPOF foi fundada em 1983 durante uma reunião sobre pesquisa em Filosofia promovida pelo CNPq, em Brasília” (ANPOF, 2014). O primeiro presidente da Anpof, segundo o site da Associação, foi o professor José Arthur Giannotti, da USP, e o secretário geral o Prof. Dr. Zeljko Loparic, da Universidade de Campinas (ANPOF, 2014).

O professor José Arthur Giannotti participou diretamente nos debates envolvendo a filosofia e o seu ensino no Brasil, no período da Ditadura Militar. Além da Associação Nacional de Formação de Professores (Anfop), participou também da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, 2014)¹¹, fundado “[...] em 1969, por um grupo de professores, em sua maioria, afastados das universidades pelo regime militar” (CEBRAP, 2014).

Outra instituição criada no contexto da ditadura militar foi o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC, 2014), definido como um centro de pesquisa, reflexão e ação. Fundado em 1976, com sede em São Paulo, o Centro dedica-se ao estudo de problemas da realidade brasileira nas suas dimensões locais e internacionais e à sua vocação de espaço plural de debates (CEDEC, 2014).

Por ocasião da comemoração dos 20 anos do Cedec, Cohn (1997) faz menção à sua fundação e importância. Foi nos “primeiros anos de vida, em que o Cedec constituiu-se num ponto de referência para aqueles que, punidos¹² pela ditadura militar, buscavam se reintegrar ao meio acadêmico e político” (Cohn, 1997, p. 6). Nesse sentido, Cohn (1997) relata também a realização de um seminário denominado *Direito, Cidadania e Participação*, realizado em conjunto com o Cebap. Esse fato confirma o trabalho desenvolvido pelo Cebap no que diz respeito às questões políticas e educacionais na década de 1970.

Consta-se, portanto, que ao ter a liberdade

de produção do conhecimento que foi cerceada na universidade, os professores se organizam nessas instituições e dão sequência à produção do conhecimento e à resistência política à ditadura.

Certamente outros grupos organizados atuaram nesse contexto da defesa da educação e do fortalecimento do ensino de filosofia. Optamos por citar esses grupos e apontar algumas de suas contribuições significativas, pois, por meio da resistência à ditadura militar e da coerência na luta pela educação, lançaram as bases para o fortalecimento do debate e de ações concretas pelo retorno do ensino de filosofia nas escolas de educação básica.

Na década de 1980, os movimentos sociais e sindicais se fortalecem e a ditadura militar perde força. Após a Lei da Anistia, no ano de 1979, o país retoma os ensaios para a redemocratização, que só se efetivaria no ano de 1985.

Fruto das ações das universidades, entidades, professores e estudantes, no ano de 1982, a Lei n. 5.692 (1971), que havia representado grande retrocesso à educação no país, é alterada pela Lei n. 7.044 (1982) e, acompanhando o momento político vivido no Brasil, abre novos horizontes ao ensino de filosofia e à educação, porém, para Horn (2005, p. 195), “[...], não se alterou esse quadro. A filosofia, através da parte diversificada, podia se fazer presente no currículo pleno da escola, mas continuava sendo concebida em todos os cursos de 2º grau como disciplina optativa”.

Alves (2002) faz menção a esse contexto, citando o período em que a filosofia ficou excluída do currículo da educação básica até o ano de 1982, mesmo diante da alteração da lei, ela ainda permanece fora do currículo, pois passou a ser optativa, mas o quadro não se alterou.

Com a aprovação dessa lei, em que a filosofia volta ao currículo como disciplina optativa, o Jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 15 de maio de 1983, fez críticas a esse retorno. O Jornal emitiu opinião contrária e questiona a lei, pelo risco da ideologização, pela formação de professores e pela capacidade dos estudantes do ensino secundário.

Em relação à capacidade dos estudantes compreenderem os conceitos filosóficos, encontramos a afirmação que, devido à “absoluta pobreza vocabular da semialfabetização quase generalizada, que talvez transforme o linguajar filosófico num insondável mistério para quem mal consegue formular frases com significado” (A Filosofia, 1983, p. 3).

¹¹O Cebap destacou-se na cena nacional com seminários, publicações e pesquisas marcados por um caráter de resistência política e produção de conhecimento crítico independente. (CEBRAP, 2014).

¹² Entre os punidos pela ditadura militar e que se reintegraram ao meio acadêmico por intermédio do Cedec, citado por Cohn (1997, p. 6), estão: “Evaristo de Moraes Filho, Almino Affonso, Plínio de Arruda Sampaio, Victor Nunes Leal”.

É possível perceber que o contexto de marginalização da filosofia permanece, mesmo diante da alteração na lei e o ensino de filosofia passando a optativo. Mais uma vez se evidencia a contradição: àqueles que defendem o retorno do ensino, analisam a lei a partir dos seus limites ao prever o ensino como optativo, o *Jornal O Estado de São Paulo*, por meio de seu editorial, faz uma leitura que demonstra preocupação com esse retorno, ao colocar em dúvida a capacidade dos alunos na compreensão do estudo filosófico.

Outro fato, que também reforça essa contradição, é que as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB continuaram no currículo da educação básica, até o início década de 1990, e o ensino de filosofia só voltou ao currículo da educação básica no Brasil, no ano de 2008, portanto, 23 anos após o fim da ditadura militar, mesmo diante das lutas e mobilização pelo seu retorno nunca terem parado.

Considerações finais

Ao discutirmos o contexto envolvendo o ensino de filosofia no período da Ditadura Militar no Brasil, percebemos as contradições entre o discurso do Regime Militar e as práticas desse mesmo governo no campo da educação, da política e da economia.

Essa contradição é facilmente confirmada quando a filosofia é estrategicamente substituída no currículo da educação brasileira e, de opcional passa a ser excluída do currículo. Nesse sentido, a filosofia, além de não servir aos interesses econômicos e ideológicos de uma determinada ditadura, é tida como ameaça à ordem vigente.

O medo da ameaça à ordem e à suposta segurança nacional fez com que a filosofia fosse excluída do currículo, pois uma filosofia que possibilitava a reflexão crítica da realidade. Mesmo com poucos professores e estudantes atuando no viés crítico e transformador, ela era suficiente para ser considerada subversiva e, portanto, ser combatida, vigiada e proibida.

Soma-se a essa realidade o fato de que a filosofia integra as ciências humanas e, diante do tecnicismo que se instaura no país, ambas não se enquadram e são consideradas, inicialmente, desnecessárias, e a filosofia, cunhada de subversiva. Afinal, no contexto ditatorial, pensar diferente e contra a corrente já era motivo de subversão. Destaca-se, porém, que, em algumas universidades, a Filosofia integrou a vanguarda

da crítica e do enfrentamento ao regime militar, sendo subversiva em sua completude.

A ditadura militar deixou rastros de tortura, desaparecimentos, prisões, assassinatos. Dessa dura opressão e repressão, surgem rebentos de ousadia e coragem que veem a coletividade como centro das ações. Isso se justifica quando constatamos a fundação de várias entidades com a finalidade de pesquisa, análise, reflexão, estudo e apontamento das questões mais essenciais ao país, acolhendo, em muitos casos, professores demitidos ou aposentados à força nas universidades, coibidos, temporariamente, de desenvolver seu trabalho. Entre essas entidades estão a Seaf, Cedec, Cebrap, Anfop e Anped.

As bases para muitas outras conquistas sociais, políticas, educacionais que se alcançou no país, foram lançadas por essas pessoas e instituições que se permitiram pensar crítica e subversivamente nesse período.

A luta pelo ensino de filosofia foi bandeira de movimentos, universidades e entidades que se fortaleceram no período ditatorial e contribuíram para as lutas no contexto da redemocratização. Perante as contradições que se alongam e se alternam entre conquistas e retrocessos, os defensores da reinserção da disciplina olhavam muito mais para as contribuições desse ensino para os estudantes, dando legitimidade e significado à sua formação e, por esse motivo, esse retorno não deveria acontecer por meio de decreto, com atenção especial à formação de professores.

Nesse sentido, podemos afirmar que, de fato, a luta pela filosofia e pelo ensino de filosofia é parte da luta pela redemocratização do Brasil e da luta em defesa da educação, com vistas à transformação da realidade.

Referências

- A Filosofia e o ensino de 2º grau. (1983, 15 de maio). *O Estado de São Paulo*, p. 9. Recuperado em 20 setembro, 2016, de <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19830515-33186-nac-0003-999-3-not>
- Alves, D. J. (2002). *A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB*. Campinas: Autores Associados.
- Arns, P. E. (Coord.) (2003). *Brasil: nunca mais* (33ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. (2004). *O controle ideológico na USP*

(1964-1978) (21a ed.). São Paulo: ADUSP.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. (2014). *História*.

Recuperado em 8 março, 2014, de <http://www.anped.org.br/anped/sobre-a-anped/historia>

Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. (2014). *Histórico da ANPOF*.

Recuperado em 8 março, 2014, de <http://www.anpof.org/portal/index.php/pt-BR/2013-11-25-22-44-25/historico>

Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968 (1968). São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Recuperado em 13 maio, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

Cartolano, M. T. P. (1985). *A filosofia no ensino de 2º grau*. Campinas: Autores Associados.

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. (2014). *Um centro de pesquisa consolidado e globalizado*. Recuperado em 8 março, 2014, de <http://www.cebrap.org.br/v2/contents/view/18>

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. (2014). *Apresentação*. Recuperado em 8 março, 2014, de <http://www.cedec.org.br/conheca.asp?quemso-mos=current&page=quemso-mos>

Cohn, A. (1997). 20 anos do CEDEC. *Lua Nova*, 39, 5-9, 1997. Recuperado em 29 setembro, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a02n39.pdf>

Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969. (1969). Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Recuperado em 30 de julho, 2016, de <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>

Encontro discute filosofia. (1979, 13 de março). *O Estado de São Paulo*, p. 22. Recuperado em 20 setembro, 2014, de <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790313-31899-nac-0022-999-22-not>

Ensino de filosofia voltaria ao 2º grau. (1977, 1 de maio). *Folha de São Paulo*, 3º Caderno: Educação, p. 38. Recuperado em 19 setembro, 2014, de <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/05/01/387/4239103>

Governo do Estado do Paraná. (2008). *Diretrizes Curriculares de Educação Básica Filosofia*. Curitiba: SEED.

Governo do Estado do Paraná. (2009). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED.

Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)* (2a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Horn, G. B. (2005). Filosofia no ensino médio. In: KUENZER, A. Z. (Org). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho* (4a ed.). São Paulo: Cortez.

Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (1961). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado em 30 julho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm

Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. (1968). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Recuperado em 30 julho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. (1971). Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Recuperado em 16 janeiro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm

Lei n. 6.683, de 20 de agosto de 1979. (1979). Concede anistia e dá outras providências. Recuperado em 30 julho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

3.htm

Recebido em: 11/08/2015

Aceito em: 27/10/2015

Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. (2011).
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito
da Casa Civil da Previdência da República.
Recuperado em 26 abril, 2014, de
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm

Martins, T. (1980, 13 de abril). O impasse da
filosofia: educadores e alunos discutem a volta
da filosofia ao 2º grau. *Folha de São Paulo*, 3º
Caderno: Educação, p. 30. Recuperado em 18
setembro, 2016, de
<http://acervo.folha.com.br/fsp/1980/04/13/387/4237104>

Marx, K., & Engels, F. (2001). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

Moraes, M. C. M., & Carminati, C. J. (2000).
SEAF: a filosofia sem medo. *Revista de Filosofia SEAF*, 1, (1), 9-32.

Ridenti, M. (2010). *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed.UNESP.

Saviani, D. (1980). *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez e Editores Associados.

Saviani, D. (2007). *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Editores Associados.

Sepúlveda, J. A. M. (2010). *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. (1978). Editorial. *Cadernos SEAF*, 1(1), 2-4.

Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. (2011). *A história da SEAF ou a SEAF na história*. Recuperado em 2 fevereiro, 2014, de <https://www.blogger.com/profile/13926882326559689402>

Volta da filosofia ao 2º grau, querem mestres. (1977, 26 de abril). *Folha de São Paulo*, p. 20. Recuperado em 19 de setembro, 2014, de <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/04/26/2/4310881>